

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL



APRESENTAÇÃO
INOVAÇÕES E DESAFIOS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
ANEXOS
DECLARAÇÃO DO CONTADOR

ÓRGÃO 11000
DEZEMBRO DE 2020

APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. O STJ é responsável também pela administração da Justiça Federal, por meio do Conselho da Justiça Federal. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao tribunal.

Destaca-se que o STJ tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por esta Corte.

A Seção de Conformidade e Orientação Contábil - SECOC, de acordo com o Manual de Organização desta Corte, compõe a estrutura da Secretaria de Administração e, conforme o item 10.4, exerce as atribuições de Setorial Contábil de Órgão Superior neste Tribunal. A execução orçamentária e financeira fica a cargo da Secretaria de Orçamento e Finanças enquanto a gestão patrimonial e do almoxarifado são de responsabilidade da Coordenadoria Suprimentos e Patrimônio, ambas as unidades compõem a estrutura desta Corte.

A verificação documental em processos de pagamentos que dão suporte aos lançamentos contábeis é realizada, no âmbito das unidades gestoras 050001 e 050002, pela Secretaria de Orçamento e Finanças deste Órgão, designada especificamente para a realização da conformidade dos registros de gestão em observância ao princípio da segregação de função.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Essas atividades, dentre outras, incluem:

1. analisar e avaliar a consistência das Demonstrações Contábeis dos órgãos e das entidades vinculadas, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;
2. recomendar os ajustes contábeis quando necessários à integralidade e à tempestividade da informação contábil;
3. acompanhar, orientar e apoiar tecnicamente as áreas administrativas sobre procedimentos contábeis e aplicação de normas para o registro fidedigno dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em consonância com as diretrizes dos órgãos superiores do sistema de contabilidade;
4. apoiar a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de contabilidade, no avanço e no aperfeiçoamento das rotinas e dos procedimentos contábeis;
5. conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de bens móveis e com o almoxarifado do STJ;

6. registrar da conformidade contábil e publicar as demonstrações contábeis;
7. executar atividades relacionadas ao encerramento do exercício, de acordo com a normatização publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e recomendações do Tribunal de Contas da União.

O resultado das análises das demonstrações financeiras e demais relatórios do SIAFI é evidenciado na conformidade contábil mensal realizada por esta Setorial Contábil e pelo contador responsável do STJ, de acordo com os procedimentos descritos no Manual do SIAFI e a Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil.

PRINCIPAIS AÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade e, para isso:

1. Analisa integralmente as folhas de pagamento de pessoal tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% por cento dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária e que são destinados a este Órgão;
2. Acompanha mensalmente os registros contábeis da gestão patrimonial do STJ por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. Capacita comissões na realização de avaliação de bens a serem executadas no presente exercício;
4. Executa a conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis sob gerência deste órgão;
5. Verifica a execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
6. Elabora orientações contábeis com resultado em análise dos demonstrativos do SIAFI, em especial os auditores contábeis;
7. Acompanha os restos a pagar, visando à redução do estoque com a finalidade de minimizar os impactos no limite financeiro imposto pelos normativos federais relacionados a esta matéria.

DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;
2. Garantir a correta contabilização dos todos os fatos e atos orçamentários, financeiro e patrimonial desta Corte, por meio da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Fornecer à administração informações atualizadas e exatas de sua competência para subsidiar a tomada de decisões;
4. Especializar-se como unidade de assessoramento no campo da contabilidade pública;

5. Subsidiar o STJ na transparência pública dos atos e fatos de sua gestão, no que diz respeito aos aspectos contábeis;
6. Aperfeiçoar a comunicação com as unidades gestoras internas para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
7. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, controle interno, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco a aplicação correta das normas federais correlatas à matéria;
8. Emitir Notas Explicativas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada, ou seja, associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa, visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do STJ são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no Siafi. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras desta Corte, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Desta forma, são compostas pelos (as): a) Balanço Patrimonial (BP); b) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); c) Balanço Orçamentário (BO); d) Balanço Financeiro (BF) e; e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Para garantia da confiabilidade das demonstrações contábeis, são executados controles e verificações regulares com escopos específicos, abrangendo os lançamentos e procedimentos contábeis considerados relevantes e de maior risco de comprometimento das informações. Adotam-se, assim, padrões compatíveis com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas da União.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), sua publicação é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não se enquadra como tal, a DMPL não será apresentada.

A organização das informações neste documento segue a seguinte ordem: definição das demonstrações contábeis, demonstrações contábeis, critérios e políticas contábeis (podendo abranger outros balanços), notas explicativas e anexos.

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), partes integrantes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

As Demonstrações Contábeis do Órgão 11000 – Superior Tribunal de Justiça - a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **até 31 de dezembro de 2020**.

BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução de 2020 em relação a dezembro de 2019. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta Corte.

ATIVO	NE	DEZ20 (R\$)	DEZ19 (R\$)
ATIVO CIRCULANTE		318.068.690,57	210.357.734,62
Caixa e Equivalente de Caixa	01	296.292.142,94	186.483.807,36
Créditos de Curto Prazo	02	17.900.228,57	
Demais Créditos e Valores .- Curto Prazo	02	-	20.002.904,02
Estoques	03	3.835.893,78	3.829.248,25
VPDs pagas Antecipadamente.		40.425,28	41.774,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE		428.396.944,00	394.631.493,99
Ativo Realizável a Longo Prazo (LP)		126.050,63	570.741,78
Demais Créditos e Valores a LP	02	762.427,60	570.741,78
(-) Ajustes Perdas em Cred a LP	02	-636.376,97	-
Imobilizado	04	389.947.249,04	359.597.041,30
Bens Móveis		78.266.787,94	57.443.553,67
Bens Móveis		85.560.736,21	81.002.190,98
(-) Depreciação		-7.293.948,27	-23.558.637,31
Bens Imóveis		311.680.461,10	302.153.487,63
Bens Imóveis		311.970.765,36	302.402.082,14
(-) Depreciação		-290.304,26	-248.594,51
Intangível	05	38.323.644,33	34.463.710,91
TOTAL		746.465.634,57	604.989.228,61

PASSIVO + PATRIMONIO LÍQUIDO	NE	DEZ20 (R\$)	DEZ19 (R\$)
PASSIVO CIRCULANTE		163.142.234,88	221.529.680,93
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06	279.637,24	77.403.010,69
Fornec. e Contas a Pagar – CP		80,00	4.972,01
Provisões a Curto Prazo	06	86.473.998,00	50.945.969,00
Demais Obrigações a CP		76.388.519,64	93.175.729,23
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.953.795,37	1.735.689,31
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		-	33.542,35
Provisões a Longo Prazo	07	1.953.795,37	1.702.146,96
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		581.369.604,32	381.723.858,37
Resultado Acumulados		581.369.604,32	381.723.858,37
Resultado do Exercício		118.933.245,57	-133.545.673,22
Result. de Exerc. Anteriores		381.723.858,37	481.778.891,80
Ajustes de Exerc. Anteriores		80.712.500,38	33.490.639,79
TOTAL		746.465.634,57	604.989.228,61

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	NE	DEZ20	DEZ19
1.SALDO PATRIMONIAL			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		746.465.634,57	604.989.228,61
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		(204.540.933,98)	(284.040.626,92)
TOTAL	08	541.924.700,59	320.948.601,69
2 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS			
Garantias/Contrag. Rec.a Exec		18.846.030,34	13.985.926,68
Dir.Conv/Instr/Cong. a Rec.		-	-
TOTAL	09	18.846.030,34	13.985.926,68
3 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS			
Exec. dos Atos Potenciais		267.997.250,50	250.572.648,70
Ob. Conv./Out/Inst. Cong.a Lib.		2.537.043,97	2.853.789,80
Obrig. Contratuais a Exec.		265.460.206,53	247.718.858,90
TOTAL	10	267.997.250,50	250.572.648,70
4.DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Destinação de Recursos			SUPERÁVIT
Recursos Ordinários			166.938.347,28
Recursos Vinculados			13.525.413,91
TOTAL	08		180.463.761,19

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BALANÇO PATRIMONIAL

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real e os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central - BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original e suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculados por meio do aplicativo 'Sistema de Débito' disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União - TCU.

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, tendo seu saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No Balanço Patrimonial, os registros das TEDs constam da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio e cuja atualização monetária e incidência de juros de mora é calculado pelo 'Sistema de Débito' do sítio web do Tribunal de Contas da União. Os créditos inferiores a R\$ 1.000,00 (hum mil reais) não são inscritos em dívida ativa, conforme comandos da Portaria/MF nº 75/2012. Após 05 (cinco) atualizando e não alcançando o valor mínimo de inscrição, os referidos créditos são baixados em contas de ajustes de perdas.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, redução ao valor recuperável e/ou reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada anualmente com base nos percentuais de imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) fornecidas pelo Governo do Distrito Federal.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais desta Corte é executado por sistema informatizado próprio, ora denominado Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, dentre outras rotinas.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

DEPRECIÇÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsolescência e a utilidade desse bem à instituição. Constam na Instrução Normativa STJ/GP n. 20 de 22 de novembro de 2019 as metodologias

de cálculos da depreciação e avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis desta Corte.

DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes.

DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014). A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações. No encerramento do exercício de 2020, por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional/STN em seu comunicata nº 2021/0019510, datado de 05.01.2021, c/c o Acórdão TCU nº 1331/2019 registraram-se contabilmente as obrigações de precatórios e RPV nos passivos dos órgãos devedores sensibilizando nesta Corte apenas a conta de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2013.

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD) com os superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior mas ainda não liquidados no exercício corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas “Demais Contas – Caixa Econômica Federal/CEF” e “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”. A primeira registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias, sendo suas rentabilidades acompanhadas neste exercício por meio do Processo STJ nº 4455/2020. Já a segunda conta, indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão distribuídos por fontes conforme anexo I. **As fontes 100 e 144 equivalem a cerca de 93,94% das disponibilidades financeiras atuais**, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais desta Corte, sem contrapartida. A variação observada no item está relacionada com o recebimento de recursos para pagamento de sentenças judiciais que não ocorreram no final do exercício por conta de sobrestamento judicial.

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal sendo seu acompanhamento realizado via processo STJ n. 6442/2015. São monitorados ainda os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e o “Adiantamento – Termo Execução Descentralizada”. Na tabela a seguir constam os saldos analíticos dos referidos créditos, estando os TEDs detalhados no Anexo VI. Destaca-se que em dezembro de 2020 foi apropriada folha de pagamento suplementar referente ao adiantamento de gratificação natalina, Processo STJ 30770/2020 resultando no aumento desse item em R\$ 16.456.631,02 conforme se pode observar em consulta ao Sistema SIAFI, no grupo de contas 11311.01.00 (Adiantamentos Concedidos a Pessoal).

CONTAS	DEZ/20 (R\$)	DEZ/19(R\$)	AH(%)
Créditos p/ Danos ao Patrimônio - Folha de Pagamento	649.838,89	575.284,98	12,96%
Créditos por Danos ao Patrimônio – Terceiros	113.294,93	115.817,36	-2,18%
Créditos a receber por cessão de pessoal	1.395,05	6.774,40	-79,41%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	1.428.623,28	-	-
TOTAL	2.624.693,08	697.876,74	276,10%

O ajuste para eventuais perdas dos créditos por danos ao patrimônio é calculado em consonância com a Macrofunção nº 020342 tendo como base o histórico de seus recebimentos. Eventuais ajustes são lançados no Sistema SIAFI na Conta Contábil 12121.99.01, tendo como base as informações a seguir:

Memória de Cálculo (Contas 113410101; 113410102, 121210401 e 121210402)					
	2016	2017	2018	2019	Sd Atual
Cred Adm Danos ao Patrimônio (A)	R\$ 410.981.,93	R\$ 751.176,11	R\$ 745.459,40	R\$ 671.973,32	R\$ 763.133,82
Inscrição em Dívida Ativa (B)	R\$ 10.156,90	R\$ 61.822,13	R\$ 35.563,86	R\$ 870,98	R\$ 11.213,07
% de Insc. Dívida Ativa (C) = (B) / (A)	2,47%	8,23%	4,77%	0,13%	1,47%
Créd. Adm - Dívida Ativa (D) = (A) – (B)	R\$ 400.825,03	R\$ 689.353,98	R\$ 709.895,54	R\$ 691.102,34	R\$ 751.920,75
Créditos Administrativos Recebidos (E)	R\$ 63.933,60	R\$ 1.366,48	R\$ 40.663,30	R\$ -	R\$ -
% recebido = (E) / (D)	15,95%	0,20%	5,73%	0,00%	0,00%

Média percentual de Recebimento dos Créditos Administrativos no período de 2016 a 2020 = 4,38%

Média percentual de Inscrição em Dívida Ativa no período de 2016 a 2020 = 3,41%

NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoarifado - RMA, no final de dezembro, apresenta o saldo acumulado de entradas de material no total R\$ 5.568.371,07, saídas de R\$ 5.561.725,54 e saldo final de estoque no montante de R\$ 3.835.893,78. As aquisições mais relevantes até a presente data (considerando maior variação percentual e monetária em relação ao saldo final do exercício anterior) são: “Material de Processamento de Dados” (67,03%) e “Material Elétrico e Eletrônico” (7,58%). Observou-se a variação positiva de 0,17% entre o saldo final do almoarifado de 2020 e àquele do encerramento de 2019, estando tais informações detalhadas no Anexo II. Eventuais divergências entre valores registrados no SIAFI e àqueles apresentados no RMA estão justificadas no processo STJ nº 1956/2020.

NOTA 04 – IMOBILIZADO

O saldo atual deste grupo é R\$ 386.710.068,66 sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis.

- **BENS MÓVEIS**

O valor total corresponde ao registro de bens móveis no final do exercício no SIAFI é de R\$ 85.560.736,21 e a distribuição de valores no relatório RMB é :**1)** R\$ 40.645.278,31- entradas orçamentárias e extra orçamentárias e/ou reavaliações; **2)** R\$ 35.352.331,91 - doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável e; **3)** R\$ 81.579.524,46 representando o saldo final. A diferença observada entre o referido relatório e o sistema SIAFI, de R\$ 3.981.211,75 justifica-se pelo fato de o sistema de gestão patrimonial do STJ, o Administra, não efetuar registros parciais da execução de contratos.

Comparando o saldo de encerramento do exercício anterior e o atual, observa-se acréscimo de 10,15% no acervo patrimonial desta Corte que é justificado principalmente pela liquidação total do contrato STJ nº 106/2013 no RMB de julho deste exercício, totalizando R\$ 3.161.397,75, sensibilizando o grupo “Aparelhos e Equipamentos de Comunicação”. Outra liquidação significativa ocorreu no item “Equipamentos de Áudio e Vídeo”, ver relatório RMB de dezembro de 2020, no valor de R\$ 6.609.905,98, referente ao Contrato 88/2019. Quanto a depreciação acumulada de bens móveis (Conta 12381.01.00), convém salientar que a grande diferença entre seu saldo em 2019, no valor de R\$ 23.558.637,31, e em 2020, R\$ 7.293.948,29, deve-se principalmente a uma grande baixa de depreciação acumulada para apuração de valor líquido contábil ocorrida em setembro deste exercício, sendo a mesma referente ao item “Material de TIC”, no valor total de R\$ de 21.336.723,69, vide no Sistema SIAFI o Documento 2020NS015254. A diferença do saldo total de bens entre o Relatório RMB e aquele informado na conta SIAFI 12310.00.00 – Bens Móveis - decorre dos seguintes fatos: as entradas e saídas da conta 12311.99.10 (Material de Uso Duradouro), saldo no SIAFI de R\$ 3.024.778,71, são controlados no Relatório de Movimentação de Almoarifado – RMA e não no RMB.; e pela liquidação parcial (30%) do Contrato 15/2013, registrado no Sistema SIAFI com o valor de R\$ 956.433,04, e que será registrado no Sistema Administra apenas quando for totalmente liquidado.

Demais divergências no referido relatório são justificadas no processo STJ nº 1956/2020, constando do Anexo III a relação detalhada de cada grupo de bens móveis e suas respectivas variações. As informações relacionadas com bens em processo de localização, sob responsabilidade de terceiros, cedidos a outros órgãos e cessão de espaço de uso estão relacionados no Anexo IV.

- **BENS IMÓVEIS**

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis sob gerência desta Corte estando todos localizados em Brasília. O saldo atual dos referidos bens consta do SIAFI e perfaz o total de R\$ 311.956.066,36, tendo sido esse montante atualizado em 3,28% em observação as regras dispostas na Instrução Normativa STJ nº 20/2019 (ver processo STJ nº 6420/2015). Demais informações relacionadas com o presente grupo patrimonial estão relacionadas no Anexo V.

NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Representa os softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por este órgão cujo saldo no SIAFI até a presente data é R\$ 38.323.644,33. Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2019, constata-se aumento de investimento na ordem de 11,19%. A amortização acumulada do período é de R\$ 35.306,58.

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

- **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO**

A variação significativa observada neste grupo decorreu do fato de as obrigações judiciais de 2019, relacionadas com precatórios e RPVs, terem sido registradas, em atenção à Lei Orçamentária de 2020 (ver instrução processual STJ nº 18.218/2019 e STJ nº 38.566/2019), nas contas de passivo deste Órgão naquele exercício. No encerramento do exercício de 2020, por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional/STN em seu comunica nº 2021/0019510, datado de 05.01.2021, c/c o Acórdão TCU nº 1331/2019 (Processo STJ nº 72/2021), registraram-se os mesmos compromissos judiciais nos passivos dos órgãos devedores no total de R\$ 343.747.358,80 sensibilizando nesta Corte apenas a conta de controle SIAFI 89991.04.04 (Precatórios a Pagar – Poder Judiciário). Na conta de passivo 21121.03.00 (Precatórios de Benefícios Previdenciários) foi registrado o débito de R\$ 279.637,24. Liquidou-se o Empenho 2020NE001215, documento hábil 2020NS019909, no valor total de R\$ 71.944.838,09, para viabilizar sua inscrição em Restos a Pagar Processados (RPP) em consonância com o recomendado no Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição para empenhos relativos a despesas com precatórios e RPVs, vide Processo STJ 18218/2019.

A Coordenadoria de Processamento de Feitos em Execução Judicial do STJ, em resposta às recomendações do TCU em Acórdão nº 1331/2020, seção 5.3.1.7 item 1.12 (processo STJ n. 00072/2021), informou que “as contas de precatórios expedidos pelo STJ não são canceladas por força da Lei. N. 13.463/2017”. Consta no Anexo VII a relação de passivos de precatórios registrados entre 02/07 a 31.12.2020 e àqueles registrados em decorrência da LOA 2021

- **PROVISÕES A CURTO PRAZO**

Registrou-se no encerramento deste exercício o total de R\$ 86.473.998,00 na conta Provisões Decorrentes de Sentenças Judiciais (21791.03.00) para pagamento de débitos relacionados com requisições de pequeno valor (RPV) ora previstos na Lei Orçamentária de 2021 (ver processo STJ nº 72/2021).

NOTA 07 - PROVISÕES DE LONGO PRAZO

Em conformidade com as normas de encerramento de exercício, tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das despesas de pessoal relacionadas no processo STJ nº 29.940/2015, constituíram-se provisões para perdas administrativas no total de R\$ 1.953.795,37 sendo assim distribuídas: **1)** R\$ 1.920.253,02 (CPF: 061.233.991-28); **2)** R\$ 13.579,23 (CPF: 549.151.987-15) e **3)** R\$ 19.963,12 (CPF: 660.522.209-10).

NOTA 08 – SALDO PATRIMONIAL

O saldo superavitário de R\$ 541.924.700,59 indica que a soma dos passivos financeiros a pagar com os compromissos inscritos em RP's é menor que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações.

NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição deste Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. Consta do Sistema SIAFI, ao final deste exercício, o saldo de R\$ 18.846.030,34, sendo assim distribuídos: R\$ 18.305.014,22 (97,13%) – Seguros Garantias; R\$ 441.121,37 (2,34%) – Fianças; e R\$ 99.894,75 (0,53%) – Cauções.

NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TED's) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

O total registrado dos TEDs é de R\$ 8.154.734,81, o montante de recursos repassados foi de R\$ 5.617.690,84; àqueles comprovados foram R\$ 4.189.067,56, enquanto o total a repassar é de R\$ 2.537.043,97, informações estas detalhadas no Anexo VI.

As obrigações contratuais atualmente alcançam o volume de R\$ 529.689.967,04 assim distribuídos: **a)** R\$ 485.457.653,89 - serviços; **b)** R\$ 390.077,62 - aluguéis; **c)** R\$ 43.762.414,85 - fornecimento de bens; e **d)** R\$ 79.820,68 - seguros. Observa-se que os compromissos Contratuais relacionados com serviços representam aproximadamente 91,65% do total das obrigações assumidas pelo STJ.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidenciam as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Taxas		44.003.378,68	42.853.403,86
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.033.643,12	1.247.528,49
Transferências e Delegações Recebidas		1.891.812.016,48	1.672.549.842,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		278.689,81	121.197,65
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		33.727.180,54	12.347.470,83
Reavaliação de Ativos		26.848.366,90	6.812.463,40
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.357.889,31	4.047.925,79
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.354.327,34	3.927.044,60
TOTAL	11	1.973.934.288,00	1.733.047.418,01

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Pessoal e Encargos		869.214.516,61	925.515.157,37
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		396.259.082,54	392.827.909,74
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		325.460.860,59	370.034.477,98
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		323,28	35.036,81
Transferências e Delegações Concedidas		127.686.261,77	118.269.045,49
Transferências Intragovernamentais		126.902.285,29	117.414.054,09
Outras Transferências e Delegações Concedidas		777.802,13	839.532,58
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		12.936.700,30	4.803.372,65
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		4.276.830,76	2.113.067,76
Perdas Involuntárias		47.033,32	367.559,39
Incorporação de Passivos		-	54.921,62
Desincorporação de Ativos		8.612.836,22	2.267.823,88
Tributárias		173.067,33	191.774,89
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		31.133,21	34.578,91
Contribuições		141.934,12	157.195,98
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		123.270.230,011	54.916.316,30
TOTAL	12	1.855.001.042,43	1.866.593.091,23

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

118.933.245,57 -133.545.673,22

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DVP

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas por este Órgão provocaram alterações no patrimônio desta Corte, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade

TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos no STJ e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI “Taxa pela Prestação de Serviços” deste Órgão, os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria das receitas deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos entre outros).

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual os pagamentos de ajuda de custos e auxílio moradia compõem a quase totalidade de seu saldo.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/ Déficit do

Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	DEZ20 (R\$)	DEZ19 (R\$)	AH (%)
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	1.973.934.288,00	1.733.047.418,01	13,9%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	44.003.378,68	42.853.403,86	2,68
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.033.643,12	1.247.528,49	-17,14
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	179,87	1.247,04	-85,58
Transferências e Delegações Recebidas	1.891.812.016,48	1.672.549.842,00	13,11
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	33.727.180,54	12.347.470,83	173,15
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.357.889,31	4.047.925,79	-17,05

A variação mais relevante, observada no item “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” (173,15%), decorreu em sua quase totalidade da reavaliação de bens móveis e imóveis autorizada pela Instrução Normativa 20, de 22 de novembro de 2019.

NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	DEZ20 (R\$)	DEZ19 (R\$)	AH (%)
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	1.855.001.042,43	1.866.593.091,23	-0,6
Pessoal e Encargos Sociais	869.214.516,61	925.515.157,37	-6,08
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	396.259.082,54	392.827.909,74	0,87
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	325.460.860,59	370.034.477,98	-12,05
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	323,28	35.036,81	-99,08
Transferências e Delegações Concedidas	127.686.261,77	118.269.045,49	7,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	12.936.700,30	4.803.372,65	169,33
Tributárias	173.067,33	191.774,89	-9,75
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	123.270.230,01	54.916.316,30	124,47

A variação de 169,33% indicada em “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” decorreu em sua maior parte da baixa de bem intangível no valor de R\$ 3.070.219,40 (Processo STJ 6661/2015 - 2020NS013351). Já a variação de 124,47%, na linha “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”, originou-se do registro de saldo complementar de débitos judiciais de RPV’s no valor total de R\$ 33.000.000,00 (Processos STJ 18218/2019 e 38566/2019 - 2020NS011373 e 2020NS017199) e do valor de R\$ 86.473.998,00, com reflexo no Exercício de 2020, relativo aos passivos de RPV’s constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2021, nos termos do Processo STJ 72/2021, sendo o lançamento no Sistema SIAFI efetuado por intermédio da Nota de Sistema 2020NS020072.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Apresenta o demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidenciam, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

RECEITAS	NE	PREV. INC.(a)	PREV. ATUALIZ.(b)	RECEITAS REALIZ.(c)	SALDO (d)=(c-b)
Receitas Correntes	13	1.273.448,00	1.273.448,00	31.379.754,37	30.106.306,37
Receitas Tributárias		-	-	30.802.411,90	30.802.411,90
Receitas de Serviços		78.789,00	78.789,00	10.648,45	-68.140,55
Outras Receitas Correntes		1.194.659,00	1.194.659,00	566.694,02	-627.964,98
Subtotal com Financ.		1.273.448,00	1.273.448,00	31.379.754,37	30.106.306,37
Déficit	14			1.728.201.807,97	1.728.201.807,97
TOTAL		1.273.448,00	1.273.448,00	1.759.581.562,34	1.758.308.114,34

DESPESAS	NE	DOT. INICIAL	DOT. ATUALIZ.	DESP. EMP	DESP LIQ	DESP PAGAS	SD DA DOT.
Desp. Corrente		1.574.902.405,00	1.597.100.676,00	1.739.301.640,00	1.708.994.093,26	1.635.510.627,42	-140.476.927,00
Pes/Enc. Sociais		1.235.285.514,00	1.255.085.514,00	1.349.173.221,87	1.341.181.198,19	1.341.170.734,55	-94.087.707,87
Out. Desp. Corr.		339.616.891,00	342.015.162,00	390.128.418,13	367.812.895,07	294.339.892,87	-46.389.219,13
Desp de Capital		49.095.401,00	49.175.401,00	20.279.922,34	14.634.230,98	14.624.397,37	28.897.457,66
Res. de Conting.		1.726.016,00	1.726.016,00	-	-	-	-
TOTAL	15	1.625.723.822,00	1.648.002.093,00	1.759.581.562,34	1.723.628.324,24	1.650.135.024,79	-111.579.469,34

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

NÃO PROCESSADOS	NE	INSC EX.. ANT (A)	INSC 31.12.19 (B)	LIQUID. (C)	PAGOS (D)	CANC. (E)	SD (F=A+B-D-E)
Despesas. Correntes		2.516.211,23	39.804.102,01	34.735.656,73	34.686.658,55	5.908.039,91	1.725.614,78
Pes/Enc. Sociais		193.950,66	8.081.735,52	6.291.007,17	6.291.007,17	1.984.679,01	0,00
Out. Desp. Correntes		2.322.260,57	31.722.366,49	28.444.649,56	28.395.651,38	3.923.360,90	1.725.614,78
Despesas de Capital		1.786.997,08	16.670.126,72	16.145.928,37	16.124.056,67	496.146,40	1.836.920,73
Investimentos		1.786.997,08	16.670.126,72	16.145.928,37	16.124.056,67	496.146,40	1.836.920,73
TOTAL	16	4.303.208,31	56.474.228,73	50.881.585,10	50.810.715,22	6.404.186,31	3.562.535,51

PROCESSADOS /NÃO PROC LIQUIDADOS	NE	INSC EM EX. ANT.	INSCR. EM 31.12.19	PAGOS	CANCELADOS	SALDOS
Despesas Correntes		2.680.529,15	1.843.256,57	1.882.279,69	2.866,88	2.638.639,15
Outras Despesas Correntes		2.680.529,15	1.843.256,57	1.882.279,69	2.866,88	2.638.639,15
Despesas de Capital		80.774,79	2.295,33	2.295,33	-	80.774,79
Investimentos		80.774,79	2.295,33	2.295,33	-	80.774,79
TOTAL	16	2.761.303,94	1.845.551,90	1.884.575,02	2.866,88	2.719.413,94

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com àquelas efetivamente realizadas é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário neste Órgão

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 13 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam suas previsões atualizadas e isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, competência esta da Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal SEAFI/SOF (Portaria nº 02, de 17 de fevereiro de 2017 – DOU – Seção 01 nº 37, terça-feira, 21 de fevereiro de 2017) do Ministério da Economia. A STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas impropriedades, conforme se observa na mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

NOTA 14 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

Essa linha apresenta a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas com finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. O déficit de arrecadação do STJ decorre do fato de o Tribunal não ser órgão arrecadador de receita. Os recursos das custas judiciais (receita arrecadada pelo STJ) são materialmente irrelevantes frente às necessidades de manutenção (pessoal, material, serviços) do órgão. Por essa razão, o STJ é mantido com recursos oriundos das mais diversas atividades do Estado, que são disponibilizados pelo Tesouro Nacional ao longo do exercício, observando os limites dispostos na Lei Orçamentária Anual, tendo em vista os recursos arrecadados serem controlados em conta (caixa) única por aquele órgão.

NOTA 15 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1. O Orçamento aprovado para esta Corte na LOA 2020 foi de R\$ 1.625.723.822,00 (Lei nº 13.978/2020), representando aproximadamente 98,84% da dotação aprovada no exercício anterior.
- 2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, são integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do Art. 32 da Lei nº 13.898/2019 - LDO.

3. As movimentações externas de crédito, enquadradas como destaques recebidos e concedidos, somaram R\$ 268.419.941,12 e R\$ 6.539.783,57 respectivamente. Houve uma provisão concedida para Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM – no valor de R\$ 7.799.929,74.

4. Em 2020, não houve bloqueio de créditos para contingenciamento.

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Os Saldos finais das movimentações de créditos no final do exercício foram: a) crédito inicial originário do OGU: R\$ 1.625.723.822,00; b) crédito adicional suplementar do OGU, R\$ 36.765.436,00; c) destaque recebido, R\$ 268.419.941,12; d) anulação de dotação, R\$ 14.487.165,00; e) crédito indisponível, R\$ 0,00; e f) destaque concedido, R\$ 6.539.783,57. Dessa forma, os créditos disponíveis encerraram o exercício com o saldo de R\$ 150.300.688,21 (9,24% do total) enquanto que os créditos utilizados totalizaram R\$ 1.759.581.562,34.

* Não foram considerados no cálculo do disponível do órgão, as provisões informadas na letra “f”

2. O Anexo VIII demonstra a evolução da execução orçamentária detalhada da UO 11101 registrada na LOA de 2020, destacando-se a subfunção “Encargos Especiais” (previsto 110.020.768,00, executado 128.535.375,39) à qual informa a execução de precatórios e requisições de pequenos valores nos programas de trabalho 090161, 090162, 188280, 188281, 118658 e 118659 da UO 71103 cuja justificativa para sua execução pelo STJ consta no item 02 da programação orçamentária desta nota.

NOTA 16 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro “Execução dos Restos a Pagar não Processados”, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31.12.2019 totalizou R\$ 60.777.437,04 dos quais 83,6% desse montante foram pagos e 10,54% cancelados, este somando R\$ 6.407.053,19 (seis milhões quatrocentos e sete mil e cinquenta e três reais e dezenove centavos). Dos empenhos pagos, destacam-se os valores de: R\$ 20.314.621,10 referentes a diversas despesas com assistência médica dos servidores deste STJ, (ver NE’s nº 2018NE000051, 2019NE000036 e 2019NE000037) e R\$ 5.691.007,60 referente a despesas com folha de pagamento (NE’s nº 2019NE000004 e 2019NE000006). No quadro “Execução dos Restos a Pagar Processados e não Liquidado”, evidencia-se o valor de R\$ 1.835.303,61, relacionado à 2015NE000342, em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 07171299/0001-96 referente ao Contrato STJ 14/2015, Processo STJ 10627/2015. Com o novo regime fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, fez-se necessária melhor gestão dos restos a pagar, já que concorrem diretamente, em cada exercício, com as despesas pagas referentes ao orçamento anual, para fins de limite de pagamento da despesa. Neste contexto, a Setorial Contábil do STJ monitora no decorrer do exercício a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar conforme instruções nos Processos STJ nº 38515/2019, nº 38651/2019 e nº 74/2020.

Foram inscritos em restos a pagar, processados e não processados, o total de R\$ 109.446.537,55 assim distribuídos: a) Grupo 3.1.0.0.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 8.002.487,32; Grupo

3.3.0.0.00.00 – Outras Despesas Correntes (R\$ 95.788.525,26) e Grupo Investimentos 4.4.0.0.00.00 – Investimentos (R\$ 5.655.524,97).

A Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 55 dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, dentre outras informações, àquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, às empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. Os demonstrativos desta Corte podem ser consultado no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral>

BALANÇO FINANCEIRO

É o demonstrativo contábil no qual se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias deste Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

DOS INGRESSOS

DESCRIÇÃO	NE	2020 (R\$)	2019 (R\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		31.379.754,37	31.362.887,65
Vinculadas		31.446.302,44	31.441.629,34
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		31.446.302,44	31.441.559,34
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-66.548,07	-78.741,69
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.891.533.326,67	1.672.428.644,35
Resultantes da Execução Orçamentária		1.891.342.808,02	1.672.149.426,88
Cota Recebida		1.880.050.527,73	1.658.619.727,79
Repasse Recebido		3.698.854,12	6.989.228,25
Sub-repasse Recebido		7.593.426,17	6.540.470,84
Independentes da Execução Orçamentária		190.518,65	279.217,47
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS		126.732.954,39	74.612.351,49
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	06	73.493.299,45	1.742.067,34
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		35.953.238,10	56.474.228,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		654.138,81	448.722,99
Outros Recebimentos Extraorçamentários		16.632.278,03	15.947.332,43
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		186.483.807,36	196.797.988,29
Caixa e Equivalentes de Caixa		186.483.807,36	196.797.988,29
TOTAL		2.236.129.842,79	1.975.201.871,78

DOS DISPÊNDIOS

DESCRIÇÃO	NE	2020 (R\$)	2019 (R\$)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		1.759.581.562,34	1.626.058.272,86
Ordinárias		1.060.556.693,14	1.284.232.958,25
Vinculadas		699.024.869,20	341.825.314,61
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		123.203.431,17	110.431.779,60
Resultantes da Execução Orçamentária		75.011.528,57	62.899.189,13
Repasse Concedido		6.539.783,57	1.642.064,24
Sub-repasse Concedido		7.593.426,17	6.540.470,84
Cota Devolvida	17	60.878.318,83	54.716.654,05
Independentes da Execução Orçamentária		48.191.902,60	47.532.590,47
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		57.052.706,34	52.228.011,96
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.884.575,02	2.584.072,82
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		50.810.715,22	42.289.969,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		658.561,98	371.702,17
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18	296.292.142,94	186.483.807,36
Caixa e Equivalentes de Caixa		296.292.142,94	186.483.807,36
TOTAL		2.236.129.842,79	1.975.201.871,78

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BALANÇO FINANCEIRO

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 17 – COTA DEVOLVIDA

Devolução de recursos financeiros decorrentes de cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores e outros recursos também financeiros não utilizados para pagamento de precatórios e RPV's.

NOTA 18 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo informado, no valor de R\$ 296.292.142,94, refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Registre-se que o montante de recursos financeiros recebidos no Exercício de 2020 corresponde ao total da dotação atualizada para este STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual - LOA, e inclui os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar e ao saldo remanescente de recursos financeiros não utilizados e que serão diferidos assim que finalizarem os procedimentos atinentes ao efetivo encerramento do exercício. Procedeu-se à análise da gestão financeira, conforme Anexo IX, concluindo: **1)** Não houve inversões de saldos nas fontes dos recursos financeiros no encerramento do exercício; **2)** Restos a Pagar cancelados somaram R\$ 6.407.053,19; **3)** O montante de destaques recebidos e não utilizado soma R\$ 45.188.330,42; **4)** Os créditos recebidos e não utilizados totalizaram R\$ 105.112.357,79; **5)** O total dos créditos e destaques recebidos e não utilizados perfaz o montante de R\$ 150.300.688,21e **6)** Não foram observadas inconsistências na inscrição de recursos diferidos.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	140.559.084,95	11.831.068,94
		2020 (R\$)	2020 (R\$)
INGRESSOS	19	1.940.199.497,88	1.720.187.587,42
Receita Tributária		30.802.411,90	29.997.570,41
Receita de Serviços		10.648,45	54.074,58
Outras Receitas Derivadas e Originárias		566.694,02	1.311.242,66
Outros Ingressos das Operações		1.908.819.743,51	1.688.824.699,77
Ingressos Extraorçamentários		654.138,81	448.722,99
Transferências Financeiras Recebidas		1.891.533.326,67	1.672.428.644,35
Arrecadação de Outra Unidade		16.632.278,03	15.947.332,43
DESEMBOLSOS		-1.799.640.412,93	-1.708.356.518,48
Pessoal e Demais Despesas		-1.537.187.838,78	-1.477.071.933,85
Judiciário		-982.138.747,00	-997.190.206,60
Previdência Social		-411.138.334,23	-407.426.652,53
Encargos Especiais		-143.910.757,55	-72.455.074,72
Transferências Concedidas		-134.891.726,88	-113.498.835,24
Intragovernamentais		-134.885.552,53	-113.483.376,42
Outros Desembolsos das Operações		-127.560.847,27	-117.785.749,39
Dispêndios Extraorçamentários		-658.561,98	-371.702,17
Transferências Financeiras Concedidas		-123.203.431,17	-110.431.779,60
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-30.750.749,37	-22.145.249,87
		2020 (R\$)	2020 (R\$)
DESEMBOLSOS		-30.750.749,37	-22.145.249,87
Aquisição de Ativo Não Circulante		-23.130.619,06	-13.971.938,07
Outros Desembolsos de Investimentos		-7.620.130,31	-8.173.311,80
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		109.808.335,58	-10.314.180,93
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		186.483.807,36	196.797.988,29
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		296.292.142,94	186.483.807,36

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DFC

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. Em **dezembro** de 2020, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, perfazendo a monta de R\$ 109.808.335,58. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício, no valor de R\$ 186.483.807,36, revelou um montante de R\$ 296.292.142,94. Tal valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e no “Saldo para Exercício Seguinte”, apurado no Balanço Financeiro (BF), salientando que boa parte do valor da rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar. Até o presente período, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 19 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

Consta desta parte do demonstrativo o registro das receitas derivadas e originárias relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito deste Tribunal quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007), bem como as cotas financeiras recebidas até a presente data, no decorrer do exercício, para custear a execução orçamentária deste Órgão

ANEXOS

ANEXO I RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	DEZEMBRO/2020 (R\$)	%
0100 - Recursos Ordinários	204.060.716,34	68,8947%
0127 - Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	5.551.437,20	1,8743%
0144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	74.429.001,52	25,1286%
0150 - Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	5.354.979,03	1,8079%
0151 - Recursos Livres da Seguridade Social	2.775.492,00	0,9371%
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	865.868,71	0,2923%
0175 - Taxas por Serviços Públicos	1.151.310,90	0,3887%
0300 - Recursos Ordinários (Exerc. Ant.)	1.262.641,59	0,4263%
0350 - Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,2501%
TOTAL	296.192.248,19	100,000%

ANEXO II

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO - RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2020 (R\$)				DEZ/2019 (R\$)	%
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	VAR 2020/2019
Comb. e Lubrificantes Automotivos	433.667,99	434.187,47	0,00	519,48	-100,00%
Comb. e Lubrif. p/ Out. Finalidades	189,80	189,80	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	4.436,00	4.436,00	0,00	0,00	0,00%
Explosivo e Munições	79.560,00	79.560,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	335.085,31	426.743,81	34.501,50	126.160,00	-72,65%
Material Farmacológico	372.595,70	372.595,70	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	7.393,30	11.240,60	1.738,60	5.585,90	-68,88%
Material Químico	360,00	1.793,25	3.480,75	4.914,00	-29,17%
Material Educativo e Esportivo	199,60	199,60	0,00	0,00	0,00%
Mat.I para Festividades e Homenagens	20.877,14	20.884,14	98,50	105,50	-6,64%
Material para Expediente	41.258,58	94.477,44	275.159,24	328.378,10	-16,21%
Material de Processamento Dados	1.158.894,17	893.378,54	661.629,35	396.113,72	67,03%
Mat. de Acond. e Embalagem	11.128,75	17.999,32	26.785,03	33.655,60	-20,41%
Material de Cama, Mesa e Banho	999,60	999,60	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	42.959,87	20.453,54	51.595,07	29.088,74	77,37%
Mat. de Limp.e Prod. de Higienização	588.392,17	606.622,02	217.266,70	235.496,55	-7,74%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	5.662,30	8.111,09	0,00	2.448,79	-100,00%
Material para Man. de Bens Imóveis	527.586,87	557.818,45	419.118,46	449.350,04	-6,73%
Material para Man. de Bens Móveis	32.182,45	77.421,40	81.013,77	126.252,72	-35,83%
Material Elétrico e Eletrônico	1.008.603,58	942.562,93	937.536,26	871.495,61	7,58%
Material de Proteção e Segurança	41.686,63	41.712,83	3.150,75	3.176,95	-0,82%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	0,00	144,64	1.492,43	1.637,07	-8,84%
Mat. para Comunicações	217.079,24	281.928,46	1.041.663,83	1.106.513,05	-5,86%
Sem. Mudas de Plantas e Insumos	2.378,84	2.378,84	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	75.541,23	89.746,25	26.418,27	40.623,29	-34,97%
Material para Manutenção de Veículos	240.902,86	252.563,98	36.466,86	48.127,98	-24,23%
Material p/ Utilização em Gráfica	4.053,28	4.067,31	7.141,30	7.155,33	-0,20%
Ferramentas	2.167,32	3.094,86	9.131,43	10.058,97	-9,22%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	23.391,20	23.391,20	505,68	505,68	0,00%
Material Bibliográfico	202.583,24	202.583,24	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insignias	840,00	840,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	85.714,05	87.599,23	0,00	1.885,18	-100,00%
TOTAL	5.568.371,07	5.561.725,54	3.835.893,78	3.829.248,25	0,17%

ANEXO III RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS - RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2020 (R\$)				DEZ/19 (R\$)	VAR(%)20/19
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVL	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SALDO FINAL	SALDO FINAL	%
Aeronave	0,00	1.486,98	5.893,02	7.380,00	-20,15%
Aparelhos Medição e Orientação	29.150,83	21.158,68	64.928,30	56.936,15	14,04%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	541.119,10	360.817,29	4.824.714,07	1.483.014,51	225,33%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	149.631,62	119.104,29	506.006,53	475.479,20	6,42%
Aparelhos Esportes e Diversão	2.306,26	4.600,50	2.820,66	5.114,90	-44,85%
Aparelhos Domésticos	232.551,82	371.499,45	663.867,51	802.815,14	-17,31%
Armamentos	126.806,28	32.470,53	303.760,36	209.424,61	45,05%
Coleção e Materiais Bibliográficos	222.899,81	558.991,27	808.754,00	1.144.845,46	-29,36%
Equipamentos de Segurança	900.989,66	928.460,69	3.537.957,83	3.565.428,86	-0,77%
Equipamentos Energéticos	271.636,52	272.984,18	686.803,00	688.150,66	-0,20%
Equipamentos Gráficos	22.688,79	20.696,03	60.820,81	58.828,05	3,39%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	9.999.741,37	1.856.479,17	12.017.143,75	3.873.881,55	210,21%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	34.899,28	15.288,87	57.819,03	38.208,62	51,32%
Material TIC	20.324.456,47	23.144.362,55	21.681.302,57	32.609.770,44	-33,51%
Máquinas de escritório	110.600,74	84.239,02	191.879,44	165.517,72	15,93%
Ativos de rede	0,00	0,00	6.026.542,32	3.201.447,40	88,24%
Máquinas de oficina	69.288,21	63.238,31	115.192,47	109.142,57	5,54%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	2.972,49	466.301,17	704.395,71	1.167.724,39	-39,68%
Computadores	0,00*	0,00*	519.730,45	299.013,88	73,81%
Mobiliário em Geral	3.299.916,93	3.094.903,21	6.628.378,63	6.423.364,91	3,19%
Servidores (Storage)	0,00*	0,00*	9.179.639,86	5.104.248,55	79,84%
Obras de Arte	2.000,00	0,00	400.162,09	398.162,09	0,50%
Impressoras	0,00*	0,00*	92.135,01	27.685,00	232,80%
Telefonia	922.908,98	0,00	922.908,98	0,00	100,00%
Veículos Diversos	0,00	501,40	225.838,08	239.913,51	-5,87%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	3.800,00	342,00	6.308,00	2.850,00	121,33%
Veículos de Tração Mecânica	3.374.913,15	3.934.406,32	11.343.803,00	11.903.296,17	-4,70%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	520,38	-96,35%
TOTAL	40.645.278,31	35.352.331,91	81.579.524,46	74.062.164,72	10,15%

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta Material de TIC

ANEXO IV

Bens em Poder de Terceiros	Valor de Entrada (R\$)	Valor Liq Contábil (R\$)
Sala da AGU	8.928,98	2.946,56
Sala da Defensoria Pública da União	18.807,32	7.720,46
Sala da Engemil	234.115,06	61.655,77
Sala da Gráfica Digital	239.472,61	106.134,29
Sala da RDS Tecnologia	120.448,78	70.653,73
Sala da Staefa	24.467,40	11.364,17
Sala dos Estoquistas	75.156,93	41.557,38
Sala do Uniceub	320,50	66,79
Uniserve Comércio e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.707,99	35.481,54
Estúdio Fotográfico	316.912,94	188.581,54
GSI Serviços Especializados Ltda	37.809,32	21.905,67
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	5.755.338,00	686.567,64
Restaurante	841.836,81	182.251,12
Total	7.708.321,64	1.416.886,66

Cedidos a outros Órgãos	Valor Total (R\$)	Valor Total Geral (R\$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Total	340.170,00	7.359,02

Em processo de Localização	Valor de Entrada (R\$)	Valor Liq Contábil (R\$)
Diversos	21.313,54	2.548,44

Termos de Cessão de Uso	Receitas (Jan/Nov) R\$	Previsão (Dez) R\$
Sicoob Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2018	18.886,47	1.696,41
Banco Santander - Termo de Cessão de Uso 02/2017	183.253,47	17.016,14
Banco do Brasil - Termo de Cessão de Uso 04/2017	332.036,87	29.700,51
Banco Bradesco - Termo de Cessão de Uso 03/2017	129.985,17	11.390,15
Caixa Econômica Federal - Termo de Cessão de Uso 02/2016	347.939,52	29.804,53
ECT - Termo de Cessão de Uso 01/2017	37.148,97	3.419,82
ASAJUS - Termo de Cessão de Uso 01/2018	2.935,99	267,76
UNICEUB - Termo de Cessão de Uso 15/2019	5.778,37	533,62
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	78.815,94	2.000,00
Telefônica Brasil S.A. – Termo de Cessão de Uso 01/2019*	-	-
OI Móvel S.A. – Termo de Cessão de Uso 02/2019*	-	-
TIM S.A. – Termo de Cessão de Uso 03/2019*	-	-
Americhel S.A. – Termo de Cessão de Uso 04/2019*	-	-
Total	1.136.780,77	95.828,24

ANEXO V DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	DEZEMBRO/2020 (R\$)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	240.724.404,47
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	971.949,79
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	2.023.121,60
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.155.413,94
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.427.335,90
Terreno - SGON q. 4 Lt 6	9701232575004	252.667,31
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	63.213.977,19
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.187.196,16
TOTAL		311.956.066,36

ANEXO VI TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	SALDO COMPROVADO*	SD ATUAL A REP
ED1AABRN	STF-STJ 003/2020-Rádio e TV Justiça	3.152.565,00	3.152.565,00	0,00
ED1AADJQ	STJ-CNJ 07/2020 Reunião Rede Global Int. Judicial	300.000,00	0,00	0,00
ED1AADQH	ENFAM-UFRN Cooperada e TV Justiça	393.575,88	0,00	60.587,94
688818	STJ-SF 01/2016 Sist. Gerenc. Biblioteca Senado	100.000,00	75.631,19	24.368,81
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	76.747,00	30.016,77	46.730,23
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	340.313,53	799.686,47
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	126.501,67	1.019.054,72
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	1.050.655,20	464.039,40	586.615,80
TOTAL		8.154.734,81	4.189.067,56	2.537.43,97

*Soma dos valores comprovados (81221.02.03) com os valores concluídos (81221.02.04).

ANEXO VII
Passivos de Precatórios 02.07.2020 – 31.12.2020

UG	Denominação/Doc SIAFI	Saldo (R\$)
110060	Advocacia Geral da União – AGU 2020PA000438	122.079,18
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 2020PA000439	92.157,08
110407	Ministério da Defesa 2020PA000440	935.107,58
257001	Ministério da Saúde 2020PA000441	2.769.500,68
257001	Ministério da Saúde 2020PA000442	398.098,85
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2020PA000443	63.248,09
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2020PA000444	38.764,55
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2020PA000445	51.414,76
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000446	25.555.415,78
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000447	9.419.734,23
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000448	9.799.942,93
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000449	118.558,79
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000450	2.273.069,05
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000451	114.062,27
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000452	39.843,44
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000453	143.203,04
154046	Universidade Federal de Ouro Preto 2020PA000454	402.837,94
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000455	24.016,15

Passivos de Precatórios – LOA 2021

UG	Denominação/Doc SIAFI	Saldo (R\$)
110060	Advocacia Geral da União – AGU 2020PA000456	980.693,13
110060	Advocacia Geral da União – AGU 2020PA000457	26.153,34
050001	Superior Tribunal de Justiça – STJ 2020PA000458	279.637,24
110407	Ministério da Defesa 2020PA000459	227.981,48
110407	Ministério da Defesa 2020PA000460	14.653.590,36
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 2020PA000461	163.367,61
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000462	1.546.249,03
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000463	6.118.818,90
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000464	138.509,98
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000465	196.451,53
110407	Ministério da Defesa 2020PA000466	1.821.082,83
257001	Ministério da Saúde 2020PA000467	1.970.547,23
257001	Ministério da Saúde 2020PA000468	418.168,07
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000469	130.186.305,68
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000470	35.153.764,80
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000471	46.330.437,95
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000472	7.802.099,51
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000473	15.805.682,37
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000474	35.694,93
370001	Ministério do Controle e Transparência (extinto) 2020PA000475	1.003.359,63
440002	Ministério do Meio Ambiente 2020PA000476	1.772.939,68
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000477	5.574.622,39
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000478	4.068.377,04
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000479	1.757.744,69
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000479	383.928,71
540001	Ministério da Cultura (extinto) 2020PA000481	43.033,83
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000482	696.307,46
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000483	1.048.526,47
130101	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento 2020PA000484	1.646.585,22
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social 2020PA000485	475.585,17
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social 2020PA000486	729.124,65
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social 2020PA000487	68.360,06
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social 2020PA000488	111.446,10
200094	Ministério da Justiça 2020PA000494	6.391.523,07
200094	Ministério da Justiça 2020PA000495	1.729.594,28

ANEXO VIII EXECUÇÃO DA LOA 2020

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 1.625.723.822,00					
		PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	SD EXEC %			
PROGRAMA							
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário		1.621.883.926,00	1.504.600.550,14	92,77%			
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		49.211,00	47.002,50	95,51%			
0999 - Reserva de Contingência		3.790.685,00	-	0,00%			
FUNÇÃO							
02 – Judiciária		1.210.133.764,00	1.093.716.256,85	90,38%			
09 - Previdência Social		411.750.162,00	410.884.293,29	99,79%			
28 - Encargos Especiais		49.211,00	47.002,50	95,51%			
99 - Reserva de Contingência		3.790.685,00	-	0,00%			
SUBFUNÇÃO							
061 - Ação Judiciária		267.008.880,00	195.281.470,67	73,14%			
122 - Administração Geral		725.543.110,00	671.542.116,14	92,56%			
128 - Formação de Recursos Humanos		8.687.052,00	3.001.147,39	34,55%			
272 - Previdência do Regime Estatutário		411.750.162,00	410.884.293,29	99,79%			
301 - Atenção Básica		60.163.713,00	57.390.429,50	95,39%			
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador		38.759.452,00	38.012.720,26	98,07%			
846 - Outros Encargos Especiais		110.020.768,00	128.535.375,39	116,83%			
999 - Reserva de Contingência		3.790.685,00	0,00	0,00%			
GRUPO DE DESPESA							
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.235.285.514,00	1.209.092.716,37	97,88%			
3 - Outras Despesas		341.340.928,00	280.930.438,90	82,30%			
4 – Investimentos		49.097.380,00	14.624.397,37	29,79%			
9 - Reserva de Contingência		-	-	0,00%			
FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST	9–RES	TOTAL	EXECUTADO	%
100	823.535.352,00	239.136.383,00	48.979.880,00	-	1.111.651.615,00	979.475.584,12	88,11%
127	-	40.835.673,00	-	-	40.835.673,00	35.787.767,82	87,64%
150	-	78.789,00	-	-	78.789,00	0,00	0,00%
151	-	60.095.424,00	117.500,00	-	60.212.924,00	57.437.432,00	95,39%
156	102.491.735,00	-	-	-	102.491.735,00	101.625.866,29	99,16%
169	309.258.427,00	-	-	-	309.258.427,00	309.258.427,00	100,00%
175	-	1.194.659,00	-	-	1.194.659,00	0,00	0,00%
175111010	-	-	-	-	-	46.846,00	0,00%
300	-	-	-	-	-	21.015.629,41	0,00%
TOTAL	1.235.285.514,00	341.340.928,00	49.097.380,00	-	1.625.723.822,00	1.504.647.552,64	92,55%

ANEXO IX GESTÃO FINANCEIRA

QUADRO I – INVERSÃO DE SALDOS

R(\$)

FONTE DE RECURSO DETALHADA	ATIVO FINANCEIRO 111122001 (A)	PASSIVO FINANCEIRO INSCR. EM RP (B)	A – B = C	DDR A UTIL. 821110000 (D)	(C – D)
0100 - Recursos Ordinários	204.060.716,34	38.385.010,65	165.675.705,69	165.675.705,69	0,00
0127 - Custas e Emol. - Poder Judiciário	5.551.437,20	2.034.374,21	3.517.062,99	3.517.062,99	0,00
0144 – Títulos do Tesouro Nacional	74.429.001,52	71.944.838,09	2.484.163,43	2.484.163,43	0,00
0150 - Recursos não-Financ Diret. Arrec.	247.334,93	-	247.334,93	247.334,93	0,00
0150 - Receitas Arrecadadas Diret.- STJ	5.107.644,10	-	5.107.644,10	5.107.644,10	0,00
0151 – Recursos Livres da Seguridade Social	2.775.492,00	2.770.790,02	4.701,98	4.701,98	0,00
0156 – Contribuição PSSS	865.868,71	593.474,03	272.394,68	272.394,68	0,00
0175 -STJ-Ressarc Desp Rem/Ret. Autos	1.151.310,90	-	1.151.310,90	1.151.310,90	0,00
0300 – Recursos Ordinários	1.262.641,59	-	1.262.641,59	1.262.641,59	0,00
0350 - Receitas Arrecadadas Diret. - STJ	740.800,90	-	740.800,90	740.800,90	0,00
TOTAL	296.192.248,19	115.728.487,00	180.463.761,19	180.463.761,19	0,00

QUADRO II – DESTAQUES RECEBIDOS E NÃO UTILIZADOS

R(\$)

PTRES	TOTAL DE DEST. RECEBIDOS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPP E RPNP	CRÉDITO DISPONÍVEL (CONTA 622110000)
090162	55.441.477,00	30.034.044,57	30.034.044,57	-	25.407.432,43
118658	18.054.192,00	2.451.841,66	2.451.841,66	-	15.602.350,34
118659	2.966.706,00	1.272.321,78	1.272.321,78	-	1.694.384,22
167485	1.665,66	1.665,56	1.665,56	-	-
168305	3.684.583,46	3.684.583,46	3.684.583,46	-	-
168306	12.605,00	12.605,00	12.605,00	-	-
188280	165.817.235,00	91.720.162,06	91.720.162,06	71.944.838,09	2.152.234,85
188281	22.441.477,00	22.109.548,42	22.109.548,42	-	331.928,58
TOTAL	268.419.941,12	151.286.772,51	151.286.772,51	71.944.838,09	45.188.330,42

QUADRO III – CRÉDITOS RECEBIDOS E NÃO UTILIZADOS
R(\$)

PTRES	TOTAL DE CRÉDITOS RECEBIDOS (- DESTAQUES CONCEDIDOS)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPP E RPNP	CRÉDITO DISPONÍVEL (CONTA 622110000)
137440	3.373.164,00	-	-	-	-
137441	49.211,00	47.002,50	47.002,50	24.433,92	2.208,50
167510	109.971.557,00	128.488.372,89	128.488.372,89	-	1.676.271,19
167511	417.521,00	-	-	-	-
167512	709.773.110,00	669.720.050,19	669.720.050,19	7.384.579,37	34.553.635,98
167513	411.750.162,00	410.884.293,29	410.884.293,29	593.474,03	1.272.394,68
167514	5.513.675,00	5.651.712,04	5.651.712,04	6.085,32	150.317,64
167515	58.757.275,00	57.269.312,34	57.269.312,34	10.235.141,83	56.604,83
167516	393.263,00	121.117,16	121.117,16	2.000,00	0,84
167517	199.096,00	37.673,25	37.673,25	998,00	163.835,75
167518	31.984.123,00	31.734.727,65	31.734.727,65	50.442,60	746.801,75
167519	409.837,00	588.607,32	588.607,32	4.461,68	73.789,00
167520	1.601.562,00	654.241,07	654.241,07	59.758,93	914.994,00
167521	1.908.318,00	1.167.824,88	1.167.824,88	132.175,12	641.006,00
167522	8.100.000,00	-	-	-	8.100.000,00
167523	3.600.000,00	-	-	-	3.600.000,00
167524	500.000,00	-	-	-	500.000,00
167525	183.689.231,00	136.138.474,98	136.138.474,98	8.519.484,54	28.535.352,76
167526	7.661.119,00	2.790.367,30	2.790.367,30	668.289,79	2.469.458,20
167527	4.900.000,00	1.264.365,40	1.264.365,40	378.921,94	2.460.127,32
167528	621.500,00	71.555,14	71.555,14	-	549.944,86
167529	404.433,00	138.683,24	138.683,24	688.933,86	572.550,16
167530	67.128.658,00	42.681.965,21	42.681.965,21	7.778.539,42	16.668.153,37
167531	11.290.991,00	9.397.906,33	9.397.906,33	973.979,11	916.902,50
175706	1.726.016,00	-	-	-	488.008,46
TOTAL	1.625.723.822,00	1.498.848.252,18	1.498.848.252,18	37.501.699,46	105.112.357,79

QUADRO IV - RECURSOS DIFERIDOS
R(\$)

FUNTE RECURSO DETALHADA	TERMO 1 (A)	TERMO 2 (B)	C = (A-B)	D = DIFERIDO RP (822240102) - 2021	C+D	DISP COTA REC. (894210100)
0100 – Recursos Ordinários	1.188.113.990,00	1.104.565.144,80	83.548.845,20	12.416,56	83.561.261,76	83.561.261,76
0127 – Custas e Emolumentos	40.835.673,00	37.822.142,03	3.013.530,97	-	3.013.530,97	3.013.530,97
0144 – Títulos do Tesouro Nacional	188.258.712,00	185.774.548,57	2.484.163,43	-	2.484.163,43	2.484.163,43
0151 – Recursos Livres da Seguridade Social	60.212.924,00	60.208.222,02	4.701,98	-	4.701,98	4.701,98
0156 – Cont. Plano Seg. Social Servidor	102.491.735,00	102.219.340,32	272.394,68	-	272.394,68	272.394,68
0169 – Cont. Patronal Plano Seg. Soc. Servidor	309.258.427,00	309.258.427,00	-	-	-	-
0175 –STJ/Ressarc. Desp Porte/Rem/Ret. Autos	485.411,75	790.158,00	-304.746,25	304.746,25	-	-
0300 – Recursos Ordinários	22.278.271,00	21.015.629,41	1.262.641,59	-	1.262.641,59	1.262.641,59
0375 –STJ/Ressarc.Desp. Porte/Rem/Ret. Autos	-	103.484,56	-103.484,56	103.484,56	-	-
TOTAL	1.911.935.143,75	1.821.757.096,71	90.178.047,04	420.647,37	90.598.694,41	90.598.694,41

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, a saber, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/20/2018), **relativas ao exercício de 2020**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – Órgão 11.000.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

Alanclei Barros
CONTADOR
CRC – 016293/O-0

Apoio Técnico

Vanôres Ferreira da Silva Júnior
José Jorge de Lima Neto